

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, DAVI ALCOLUMBRE.

"Hoje, quando falamos de governo das leis, pensamos em primeiro lugar nas leis fundamentais, capazes de estabelecer não tanto aquilo que os governados devem fazer quanto como as leis devem ser elaboradas, sendo normas que vinculam, antes ainda que os cidadãos, os próprios governantes: temos em mente um governo das leis num nível superior, no qual os próprios legisladores estão submetidos a normas vinculatórias. Um ordenamento deste gênero apenas é possível se aqueles que exercem poderes em todos os níveis puderem ser controlados em última instância pelos possuidores originários do poder fundamental, os indivíduos singulares".

DAMARES REGINA ALVES, brasileira, divorciada, Senadora da República, com endereço profissional na Praça dos Três Poderes, Senado Federal, Anexo 2, Ala Teotônio Vilela, Gabinete 04, Brasília/DF, CEP 70.165-900, inscrita no CPF sob o n.º 266.308.695-91, portadora do RG n.º 4.102.238, expedido pela SSP/DF, Título de Eleitor nº 1964.9269.0167, **LUIS EDUARDO GRANGEIRO GIRÃO**, brasileiro, casado, Senador da República, portador RG nº 037319 MDCE, inscrito no CPF sob o nº 319.668.103-34, com endereço profissional no Senado Federal, anexo 2, Ala Teotônio Vilela, gabinete 21, Brasília - Distrito Federal e com escritório de apoio na Av. Desembargador Moreira, nº 2120, sala 1306, Dionísio Torres, Aldeota, Fortaleza/Ceará, CEP: 60170-002, **MAGNO PEREIRA MALTA**, brasileiro, Senador da República, portador do RG nº 2067674 SSP/PE, inscrito no CPF sob o nº 152.725.674- 04, com endereço profissional no Senado Federal, Anexo 2 Ala Teotônio Vilela, Gabinete 06, Praça dos Três Poderes, Brasília-DF, CEP 70165-900, todos no regular exercício de seus direitos políticos, com fundamento no art. 52, II, da Constituição Federal, no art. 39, da Lei nº 1.079/50, e art. 27, do Código Penal, vem perante V. Exa. apresentar

DENÚNCIA COM PEDIDO DE IMPEACHMENT

em face de **ALEXANDRE DE MOARES**, brasileiro, casado, agente público no exercício das funções de Ministro do Supremo Tribunal Federal, inscrito no CPF sob o nº 112.092.608-40, endereço desconhecido, podendo ser encontrado no Supremo Tribunal Federal, Edifício Anexo IIA, 3º andar, Zona Cívico-Administrativa, CEP 70.175-900, Brasília/DF, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I - DA ADMISSIBILIDADE DA REPRESENTAÇÃO

Os Denunciantes são Parlamentares em pleno exercício de seus mandatos, comprovando a legitimidade ativa para a formulação do presente pedido de impeachment nos termos da Constituição Federal, que confere ao Senado Federal a competência privativa para processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade, como mecanismo essencial de freios e contrapesos, destinado a preservar a separação entre os Poderes; a independência institucional do Judiciário; a integridade da função jurisdicional; a responsabilidade política de autoridades máximas do Estado.

Trata-se de competência indeclinável do art. 52, II, da Constituição Federal, cujo exercício não constitui ingerência sobre o Poder Judiciário, mas condição de legitimidade do próprio regime republicano.

Seguindo a linha da admissibilidade, por certo, os pressupostos fundamentais contidos no art. 39, da Lei nº 1.079/50, estão reverenciados na presente denúncia, eis que o Denunciado se encontra em pleno exercício do Cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

II – FATOS IMPUTADOS AO MINISTRO

Conforme noticiado pela imprensa, em matéria publicada em 22 de dezembro de 2025 pelo jornal O Globo, o Ministro Alexandre de Moraes teria mantido ao menos quatro contatos diretos com o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Gabriel Galípolo, com o objetivo de interceder em favor do Banco Master, instituição privada submetida à supervisão, apuração e deliberação no âmbito do Banco Central do Brasil.

Segundo a reportagem, tais contatos incluíram ligações telefônicas reiteradas e encontro presencial, nos quais o Ministro teria solicitado informações sobre o andamento de operação envolvendo o Banco Master e pedido a aprovação de negócio então pendente de autorização do Banco Central.

Tais interlocuções teriam ocorrido em momento de elevada sensibilidade institucional, marcado por divergências internas no Banco Central quanto à adoção de medidas mais gravosas, inclusive quanto à possibilidade de decretação de intervenção ou liquidação da instituição financeira, posteriormente efetivada após identificação de fraudes de elevada monta.

Registre-se, ainda, que o escritório de advocacia pertencente à esposa do Ministro, Viviane Barci, mantinha contrato de prestação de serviços, no valor estratosférico de R\$ 129 milhões, com o Banco Master, cujo objeto incluía a representação de interesses do Banco Master junto ao Banco Central e outros órgãos públicos, incluindo aqueles sujeitos

a procedimentos fiscais, como o COAF, a PGFN, a Receita Federal, circunstância que agrava a necessidade de apuração sob a ótica do conflito de interesses e da impessoalidade administrativa.

A convergência desses elementos fáticos expõe, de forma inequívoca, situação objetiva de conflito de interesses, na medida em que o Ministro Alexandre de Moraes, valendo-se do peso institucional e da influência inerentes ao cargo que ocupa, teria se engajado em atuação favorável a interesses privados específicos, em frontal tensão com os deveres de imparcialidade, autocontenção e probidade que devem reger, de maneira reforçada, a conduta de um membro da Suprema Corte.

A expressiva dimensão econômica do contrato celebrado entre o Banco Master e o escritório de advocacia pertencente à esposa do Ministro, somada à própria natureza dos serviços contratados — voltados à interlocução junto a órgãos públicos —, acentua a gravidade institucional do quadro delineado, tornando inafastável a necessidade de apuração rigorosa, transparente e independente dos fatos, sob pena de comprometimento da confiança pública nas instituições republicanas.

A atuação atribuída ao Ministro consistente na realização de contatos diretos com o Presidente do Banco Central do Brasil para tratar de matéria relacionada a interesses do Banco Master, amolda-se, em tese, ao tipo penal da advocacia administrativa, previsto no art. 321 do Código Penal. Isso porque, ao valer-se do prestígio, da autoridade e da influência inerentes ao cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal, o requerido teria patrocinado interesse privado específico perante a Administração Pública, interferindo em procedimento administrativo sensível, circunstância que caracteriza, ao menos em plano indiciário, o uso indevido da função pública em favor de terceiro.

Assim, nota-se claramente a coexistência de atuação extrajudicial em favor de ente privado diante um procedimento administrativo sensível em curso, bem como vínculo contratual expressivo entre o ente beneficiado e a esposa do Ministro, impondo, assim, o reconhecimento de risco institucional grave, incompatível com a dignidade do cargo.

Diante da gravidade dos fatos narrados e da necessidade de preservar a lisura e a credibilidade das instituições, a única alternativa que resta é a de se buscar a tutela jurisdicional, por meio da presente representação, a fim de que sejam apuradas as responsabilidades do Ministro Alexandre de Moraes pelos atos praticados.

III – FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Cabe ao Senado Federal a competência privativa para processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade, nos termos do art. 52, II, da Constituição Federal, exatamente como mecanismo de freios e contrapesos, destinado a preservar: a separação dos Poderes; a independência funcional da Suprema Corte; a integridade do exercício da jurisdição constitucional; a confiança pública nas instituições.

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

II - **processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal**, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União **nos crimes de responsabilidade**.

A presente representação insere-se nesse campo constitucional próprio, não versando sobre conteúdo decisório jurisdicional, mas sobre condutas extrajudiciais atribuídas a Ministro do STF, praticadas fora da função de julgar, e, portanto, plenamente sujeitas ao controle político-constitucional do Senado Federal.

Nos termos do art. 39, 5, da Lei nº 1.079/1950, constitui crime de responsabilidade do Ministro do STF, ***“proceder de modo incompatível com a honra, dignidade e decoro de suas funções”***.

A conduta narrada, se confirmada, revela atuação extrajudicial, alheia à função jurisdicional, com potencial utilização da autoridade do cargo para interferir em órgão regulador independente, em benefício de interesse privado específico, o que afasta qualquer alegação de imunidade funcional.

Para além disso, existe o risco concreto de comprometimento da imparcialidade administrativa, especialmente diante da existência de relação contratual entre o ente beneficiado e a esposa do Ministro. Bem como, um potencial desvio de finalidade, na medida em que a atuação extrajudicial não se coaduna com as atribuições constitucionais do cargo.

A Constituição exige dos agentes públicos, especialmente dos membros da Suprema Corte, padrão máximo de cautela institucional, sendo suficiente, para fins de controle político-constitucional, a existência de indícios objetivos que comprometam a aparência de imparcialidade.

Diante disso, vimos apresentar Representação pelo Crime de Responsabilidade, em face do Ministro Alexandre de Moraes, nos termos da Lei 1.079/50, que define os crimes de responsabilidade.

IV - DA ADVOCACIA ADMINISTRATIVA E DA VIOLAÇÃO AOS DEVERES DA MAGISTRATURA

Superada a exposição dos fatos, impõe-se o exame da conduta atribuída ao Ministro Alexandre de Moraes, especificamente sob a ótica do crime de advocacia administrativa, bem como de sua compatibilidade com o regime

jurídico próprio da magistratura.

Afinal, o que se apresenta não é episódio marginal, mal-entendido protocolar ou diálogo institucional inocente. Trata-se de conduta consciente, reiterada e funcionalmente desviada, praticada por quem ocupa uma das posições mais elevadas do Estado brasileiro, com capacidade real de influenciar decisões estratégicas da Administração Pública.

A advocacia administrativa, tipificada no art. 321, do Código Penal, não exige vantagem econômica direta nem a efetiva consumação do resultado pretendido. Exige, apenas, o que os fatos indicam com clareza: **o patrocínio, direto ou indireto, de interesse privado perante órgão da Administração Pública, mediante o uso da condição funcional**. O bem jurídico tutelado não é secundário; é a integridade do Estado, a separação entre o público e o privado e a confiança da sociedade na imparcialidade das instituições.

Art. 321 – Advocacia administrativa

Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário público:

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) meses, ou multa.

Parágrafo único. Se o interesse é ilegítimo:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, além da multa.

Quando tal conduta é praticada por um Ministro do Supremo Tribunal Federal, a violação assume dimensão exponencialmente mais grave. O STF não é um órgão qualquer: é o guardião da Constituição, a última instância do Poder Judiciário. A atuação extrajudicial de um de seus membros em favor de interesses privados específicos, junto a órgão regulador técnico como o Banco Central, corrompe o núcleo de legitimidade da própria Corte.

É preciso dizer com todas as letras: **não há ingenuidade institucional que justifique ignorar o peso de uma interlocução realizada por um Ministro do STF**. A autoridade do cargo fala por si. Não é necessária ordem formal, ameaça explícita ou comando escrito. A influência é inerente à função, e justamente por isso o dever de autocontenção é absoluto. Ao interceder, ao acompanhar, ao pressionar — ainda que sob a roupagem de “interlocução” — o agente rompe deliberadamente a linha que separa a jurisdição da advocacia de interesses privados.

Sob a ótica da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN), a conduta é ainda mais reprovável. O magistrado não pode apenas ser imparcial; **ele deve** parecer imparcial. Os arts. 35 e 36, impõe conduta irrepreensível e vedam qualquer envolvimento com interesses estranhos à função jurisdicional. A intermediação de interesses econômicos relevantes

perante órgão da Administração Pública — agravada pela existência de vínculo profissional e econômico direto entre o ente beneficiado e a esposa do Ministro — constitui **violação frontal e inequívoca** desses deveres.

Não se trata, portanto, apenas de possível ilícito penal. Trata-se de desmoralização objetiva do regime jurídico da magistratura, de quebra de decoro, de desvio funcional grave e de afronta direta ao princípio republicano, segundo o qual o exercício do poder exige limites claros, autocontenção e submissão à lei.

O contexto institucional agrava ainda mais a situação, tendo em vista um país marcado por forte polarização, com concentração inédita de poder decisório no Supremo Tribunal Federal e protagonismo crescente de seus Ministros na definição dos rumos políticos, administrativos e sociais do Estado, qualquer sinal de instrumentalização desse poder em favor de interesses privados é absolutamente intolerável.

A advocacia administrativa, quando praticada por agente de alta hierarquia, não é desvio isolado: é sintoma de captura institucional. Pior ainda, quando praticada por Ministro do Supremo Tribunal Federal, transforma-se em risco sistêmico, pois compromete exatamente a instituição encarregada de coibir tais práticas.

Como se observa, estão presentes, portanto, de forma inequívoca, os pressupostos que legitimam a persecução penal e a responsabilização institucional:

i) **tipicidade**, pela adequação da conduta ao art. 321 do Código Penal; ii) **punibilidade**, ausentes causas extintivas evidentes; iii) **viabilidade**, diante de indícios robustos de autoria e materialidade.

A apuração rigorosa dessa conduta não é opção política, nem ato de conveniência, é dever jurídico e institucional. A omissão do Estado diante de fatos dessa magnitude significaria renúncia ao princípio da responsabilidade, esvaziamento da LOMAN, descrédito do Código Penal e, sobretudo, negação prática do ideal republicano, ações que, infelizmente, tem sido frequentes nos últimos anos.

Que fique claro: NINGUÉM ESTÁ ACIMA DA LEI — nem mesmo quem se assenta na mais alta Corte do país. A autoridade do Supremo Tribunal Federal não se preserva pelo silêncio cúmplice, mas pela coragem institucional de reconhecer desvios e responsabilizar, quando necessário, aqueles que, em tese, ultrapassam os limites éticos e jurídicos do cargo que ocupam.

V - DO CASO BANCO MASTER E DO BRB: GRAVIDADE SISTÊMICA, FRAUDES, PRISÕES E A ABSOLUTA INCOMPATIBILIDADE DE QUALQUER INTERFERÊNCIA EXTERNA

O episódio envolvendo o Banco Master e as operações realizadas com o Banco de Brasília (BRB) não se trata de controvérsia administrativa comum, tampouco de divergência técnica ordinária no âmbito do sistema financeiro. Trata-se de caso de gravidade sistêmica, que resultou na atuação extrema do Estado, com prisões, afastamentos de altos dirigentes e a liquidação extrajudicial da instituição financeira, evidenciando a magnitude das irregularidades apuradas.

As investigações conduzidas pelos órgãos competentes revelaram a existência de fraudes de elevada monta, envolvendo operações de cessão de créditos bilionárias, marcadas por opacidade, falhas graves de governança e violação de normas prudenciais. Diante desse cenário, o Banco Central, no exercício de sua competência constitucional e legal, decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, medida excepcional reservada a situações de comprometimento irreversível da instituição e de risco à estabilidade do sistema financeiro.

Paralelamente, a atuação da Polícia Federal resultou na prisão e no afastamento de executivos e dirigentes que ocupavam cargos de alto escalão, demonstrando que as irregularidades não se restringiam a falhas operacionais pontuais, mas decorriam de decisões tomadas no vértice da estrutura de poder da instituição.

No que se refere ao BRB, o caso produziu profundo abalo institucional, levantando questionamentos relevantes acerca da diligência, da governança e da responsabilidade dos gestores envolvidos. A vinculação de uma instituição financeira pública a operações posteriormente reconhecidas como fraudulentas expôs risco direto ao patrimônio e cofres públicos e à credibilidade do próprio ente federativo.

Esse conjunto de fatos demonstra, de forma inequívoca, que o caso do Banco Master e do BRB não era trivial, ao contrário, exigia máxima cautela, rigor técnico absoluto e plena independência decisória por parte do órgão regulador. A posterior confirmação das irregularidades, com a adoção de medidas extremas e a responsabilização de altos dirigentes, apenas reforça a correção da atuação técnica do Banco Central — e, simultaneamente, evidencia a temeridade de qualquer tentativa de intercessão política ou institucional em favor da instituição investigada.

Nesse contexto, a gravidade da conduta atribuída ao Ministro do Supremo Tribunal Federal assume contornos ainda mais alarmantes. Não se tratava de instituição “injustamente perseguida” ou de controvérsia regulatória, mas de banco que viria a ser desmantelado pelo próprio Estado em razão de fraudes bilionárias. Assim, qualquer atuação externa tendente a influenciar, acompanhar ou pressionar decisões administrativas nesse cenário revela-se manifestamente incompatível com a dignidade, o decoro e os deveres institucionais do cargo.

A responsabilização de dirigentes e executivos bancários demonstra que o Estado brasileiro, quando atua corretamente, não hesita em alcançar os níveis mais elevados das estruturas de poder econômico. O mesmo rigor deve ser exigido

quando os fatos indicam, em tese, condutas incompatíveis praticadas por autoridades públicas, sob pena de se instaurar um regime de seletividade inaceitável, no qual apenas alguns são responsabilizados, enquanto outros permanecem imunes em razão do cargo que ocupam, algo que vem se tornando comum no atual Estado.

O caso Banco do Master e do BRB, portanto, não constitui um simples elemento acessório, mas núcleo essencial da presente ação de impeachment, pois evidencia que a conduta imputada ocorreu em ambiente de extrema gravidade institucional, envolvendo fraudes sistêmicas, risco ao erário e colapso de governança.

A situação é tão esdrúxula que até o Tribunal de Contas da União entrou no caso envolvendo o Banco Master, solicitando informações, que deverão ser respondidas em 72 horas, para o supervisor esclarecer sobre como chegou à decisão de incluir, em 18 de novembro, o banco de Daniel Vercaro no regime de resolução para interromper suas atividades e promover sua retirada organizada do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Portanto, qualquer tentativa de relativizar esses fatos ou de minimizar a impropriedade de interferências externas representa afronta ao esforço dos órgãos de controle, às vítimas das irregularidades e ao próprio princípio republicano da responsabilidade.

VI – DA NECESSIDADE DE ATUAÇÃO DO SENADO FEDERAL

A Constituição da República atribuiu ao Senado Federal competência privativa e indeclinável para processar e julgar Ministros do Supremo Tribunal Federal nos crimes de responsabilidade, de acordo com o art. 52, II, da Constituição Federal, não como faculdade política discricionária, mas como dever institucional de garantia do equilíbrio entre os Poderes e de preservação da legitimidade do exercício da jurisdição constitucional.

A atuação do Senado, nesse contexto, não se confunde com ingerência indevida sobre o Poder Judiciário, tampouco representa afronta à independência judicial. Ao contrário, constitui instrumento estruturante do próprio modelo constitucional democrático, concebido para assegurar que o exercício de funções de elevada autoridade permaneça submetido a parâmetros de responsabilidade, legalidade e autocontenção institucional.

A eventual inércia diante de fatos que indiquem, em tese, conduta extrajudicial incompatível com os deveres do cargo, especialmente quando envolvem possível interferência em órgão regulador independente e potenciais conflitos de interesses, acarretaria consequências institucionais relevantes, dentre as quais se destacam:

- a) o esvaziamento prático do sistema de freios e contrapesos, ao transformar a competência constitucional do Senado em prerrogativa meramente formal, destituída de eficácia concreta;
- b) a fragilização da confiança pública na independência e imparcialidade das instituições, sobretudo quando ausente resposta institucional proporcional à gravidade dos indícios apresentados;
- c) a consolidação de precedente incompatível com o modelo republicano, no qual autoridades investidas das mais altas funções estariam, na prática, imunes a qualquer forma de controle político-constitucional por atos praticados fora da função jurisdicional.

Cumpre enfatizar que a presente representação não formula juízo de culpabilidade, tampouco busca antecipar conclusão sobre os fatos narrados. Seu objetivo é ativar o mecanismo constitucional de apuração, precisamente para que a matéria seja examinada sob o crivo do devido processo legal, com plena observância do contraditório, da ampla defesa e das garantias institucionais do cargo.

Assim, a atuação do Senado Federal, ao admitir e processar a presente representação, não apenas se revela juridicamente legítima, como constitucionalmente necessária, sob pena de se esvaziar a própria lógica de responsabilidade que sustenta o Estado Democrático de Direito.

VII - DA CONDUTA MANIFESTAMENTE INCOMPATÍVEL COM A HONRA, A DIGNIDADE E O DECORO DO CARGO

A conduta atribuída ao Ministro Alexandre de Moraes, tal como amplamente noticiada pela imprensa, revela quebra frontal dos deveres de autocontenção, imparcialidade e decoro institucional que se exigem, de forma reforçada, de quem ocupa uma das mais altas funções da República.

Não se trata aqui de divergência jurídica, de inconformismo com decisões judiciais ou de crítica ao exercício da jurisdição. Trata-se de algo muito mais grave: **a atuação extrajudicial ativa, reiterada e direcionada de um Ministro do Supremo Tribunal Federal** junto a órgão regulador independente, com o objetivo de interceder em favor de interesse privado específico, em procedimento administrativo sensível e em curso.

É absolutamente incompatível com a honra do cargo que um Ministro da Suprema Corte — que deveria ser guardião da Constituição e última instância do Estado de Direito — se valha do peso institucional de sua posição para buscar influenciar decisões técnicas do Banco Central do Brasil, sobretudo quando tais decisões envolvem instituição financeira privada, submetida a apurações por fraudes de grande monta.

Mais grave ainda é o fato de que tal atuação teria ocorrido em paralelo à existência de vínculo contratual expressivo entre o ente privado supostamente beneficiado e a esposa do Ministro, Viviane Barci, circunstância que qualquer agente público prudente e comprometido com a moralidade administrativa teria tratado como causa automática de abstenção absoluta.

A República não admite — nem pode admitir — que Ministros do Supremo Tribunal Federal atuem nos bastidores do Estado, longe da publicidade, da transparência e dos autos judiciais, para advogar interesses privados, ainda que sob a forma disfarçada de “interlocução institucional”, como tem sido a atuação do Ministro nesses últimos anos e de forma reiterada.

Quando isso ocorre, não está em jogo apenas a conduta individual, mas a credibilidade da própria Corte Suprema.

O decoro exigido pela Lei nº 1.079/1950 não se limita à ausência de crimes comuns ou à formalidade de não assinar documentos administrativos. O decoro exige postura republicana irrepreensível, exige abstenção preventiva, exige que o Ministro não se coloque sequer em situação que comprometa a aparência de imparcialidade.

Ao agir como teria agido — pressionando, intercedendo, acompanhando e solicitando providências em favor de banco privado sob investigação — o Ministro requerido ultrapassou limites institucionais claros, violando a expectativa mínima que a sociedade brasileira deposita em quem ocupa assento na mais alta Corte do país.

A gravidade da conduta se acentua quando se constata que:

- o procedimento administrativo envolvia risco sistêmico e fraudes bilionárias;
- havia divergência técnica interna no órgão regulador;
- posteriormente, confirmou-se a necessidade de liquidação extrajudicial da instituição;
- e, ainda assim, houve tentativa de influência externa por autoridade sem qualquer atribuição legal para tanto.

Ora, isso não é erro de julgamento.

Não é excesso retórico.

Não é divergência institucional.

Isso é **conduta incompatível com a dignidade do cargo**, nos exatos termos do art. 39, inciso V, da Lei nº 1.079/1950.

Como parlamentar, não é possível nos silenciar diante de fatos dessa magnitude. **O silêncio institucional, neste caso, não seria neutralidade — seria conivência.**

A omissão do Senado Federal diante de condutas dessa natureza significaria aceitar que Ministros do Supremo Tribunal Federal estejam acima de qualquer controle político-constitucional, o que afronta diretamente o regime republicano e o princípio da responsabilidade dos agentes públicos.

O impeachment, aqui, não é revanche política, não é ataque ao Judiciário e não é retaliação institucional. **É, antes de tudo, um dever constitucional**, um gesto de respeito à Constituição e um recado claro à sociedade brasileira de que ninguém — absolutamente ninguém — está acima da lei, do decoro e da República.

VIII - PEDIDOS

- a. O recebimento do presente pedido de impeachment, nos termos do art. 39 da Lei nº 1.079/1950;
- b. A análise de admissibilidade pelo Presidente do Senado Federal;
- c. A instauração do processo de impeachment, com a formação da Comissão Especial;
- d. A requisição, se entendida necessária, de informações ao Banco Central do Brasil, ao Ministério Público e a outros órgãos competentes, para instrução dos autos;
- e. O regular processamento e julgamento do feito pelo Plenário do Senado Federal.

Termos em que pede deferimento.

Brasília/DF, 22 de dezembro de 2025.

Senadora Damares Alves

Senador Luis Eduardo Grangeiro Girão

Senador Magno Pereira Malta

